

GESTÃO PÚBLICA DO TOCANTINS: UMA ANÁLISE ARQUEOGENEALÓGICA DA SUA TRANSPARÊNCIA EM UMA NOTÍCIA

PUBLIC MANAGEMENT IN TOCANTINS: AN ARCHAEOGENEALOGICAL ANALYSIS OF ITS TRANSPARENCY IN A NEWS

Thiago Barbosa Soares¹

¹ Professor de graduação em Letras e de pós-graduação stricto sensu em Letras da Universidade Federal do Tocantins, Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Letras (PPGLEtras) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: thiago.soares@mail.uft.edu.br.

Resumo: Este artigo possui o objetivo de investigar as relações de saber-poder investidas na matéria intitulada “Tocantins é o pior em transparência no matopiba e o segundo pior da região Norte, aponta radar da transparência” (Milhomem, 2024a), publicada em 21 de novembro de 2024 na página virtual do Jornal Opção Tocantins. Para tanto, mobilizaram-se as noções operacionais da arqueogenealogia do discurso, o enunciado, a formação discursiva e a governamentalidade. Para melhor organizar a estrutura textual-argumentativa deste estudo, foram criadas a seguir duas seções, marcadas em negrito. Considerações teórico-metodológicas, nela se encontram o enunciado, a formação discursiva e a governamentalidade. Análise: arqueogenealogia da transparência da gestão pública do Tocantins, em que os referidos operadores são acionados no processo de descrição e interpretação das relações de poder-saber na notícia sob exame. Como parte dos resultados encontrados, foi possível compreender a articulação do saber presente no enunciado investigado com relação às contingências manipulativas do poder, tanto em uma micro disposição social, partidarismo ideológico entre conservadorismo e progressismo, quanto em uma macro dimensão na qual a governamentalidade está sempre em jogo.

Palavras-chaves: Relações de saber-poder. Arqueogenealogia do Discurso.

Abstract: This article aims to investigate the knowledge-power relationships invested in the article entitled “Tocantins é o pior em transparência no matopiba e o segundo pior da região Norte, aponta radar da transparência” (Milhomem, 2024a), published on November 21 2024 on the virtual page of Jornal Opção Tocantins. To this end, the operational notions of discourse archaeogenealogy, enunciation, discursive formation and governmentality were mobilized. To better organize the textual-argumentative structure of this study, two sections were created below, marked in bold. Theoretical-methodological considerations include the statement, discursive formation and governmentality. Analysis: archaeogenealogy of transparency in public management in Tocantins, in which the aforementioned operators are involved in the process of describing and interpreting power-knowledge relations in the news under examination. As part of the results found, it was possible to understand the articulation of knowledge present in the statement investigated in relation to the manipulative contingencies of power, both in a micro social disposition, ideological partisanship between conservatism and progressivism, and in a macro dimension in which governmentability is always in play.

Keywords: Knowledge-power relationships. Archaeogenealogy of Discourse.

Recebido: 12/2024, Publicado: 06/2025 - ISSN: 2358-260X - DOI: 10.37951/2358-260X.2025v13i1.7753

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É inegável a importância do Estado, no imaginário popular, para o funcionamento das sociedades, mesmo que alguns contestem teoricamente essa afirmação. Sabe-se que o atual grau de progresso alcançado no circuito coletivo, pelo bem-estar da população e, principalmente, na organização dos recursos disponíveis para utilização em prol das melhorias sociais depende, em boa medida, do desempenho do Estado para tanto. Ignorar esse fato historicizados nos anais da humanidade é um equívoco maior do que não entender a devida proporção desse ente estruturante do tecido comunitário. Dada tamanha a importância para o Estado, pode-se levantar a seguinte questão: o que é o Estado? Foucault (2008a), por meio de semelhante indagação, afiança: “O Estado é uma prática” (Foucault, 2008a, p. 369). Eis que, distanciando-se de concepções mais clássicas de Estado, tem-se uma prática nada simples para se predicar essa entidade tão próxima e tão distante de

todos. Em se tratando de prática, o Estado vincula-se às conexões que se desenvolvem a partir de sua própria manutenção.

No horizonte traçado pela perspectiva acima descrita, percebe-se, como Foucault (2008a) explicita, que “O Estado não pode ser dissociado do conjunto das práticas que fizeram efetivamente que ele se tornasse uma maneira de governar, uma maneira de agir, uma maneira também de se relacionar com o governo” (Foucault, 2008a, p. 369). Como, entre muitas outras práticas ligadas à performance do Estado, a econômica é uma com enorme relevância, já que, nas palavras de Foucault (2008b), “A economia produz legitimidade para o Estado, que é seu avalista” (Foucault, 2008b, p. 114). Assim, o Estado e as práticas econômicas estão intimamente associados em um movimento circular, porquanto o primeiro carece da chancela das segundas, ao passo que essas validam o anterior, criando uma dependência. Nesse direcionamento, Foucault (2008b) ilustra tal relação nos

seguintes termos: “Essa instituição econômica, a liberdade econômica que essa instituição tem por papel, desde o início, assegurar e manter, produz algo mais real, mais concreto, mais imediato ainda, que uma legitimação de direito” (Foucault, 2008b, p. 114).

Na contramão de uma razão voltada para o melhor funcionamento da sociedade, talvez o Estado, como aventa Foucault (2006), “é sua própria finalidade e que a finalidade exclusiva dos governos deve ser não apenas a conservação, mas também o fortalecimento permanente e o desenvolvimento das forças do Estado” (Foucault, 2006, p. 308). A partir desse mirante menos idealista, vê-se que a participação dos indivíduos na conformação da gerência do circuito coletivo circunscreve-se aos próprios limites de atuação do Estado e seus agentes, uma vez que, como expõe Foucault (2006) acerca desse respeito, “o indivíduo interessa ao Estado unicamente quando ele pode fazer alguma coisa pelo poderio do Estado (Foucault, 2006, p. 308). Ora, essa afirmação, por mais criticada que possa ser, parece refletir parte da maneira pela qual o Estado, em suas múltiplas manifestações na sociedade, opera conjugando relações de poder e de saber, tal como é descrito na notícia “Tocantins é o pior em transparência no matopiba e o segundo pior da região Norte, aponta radar da transparência” (Milhomem, 2024a), publicada em 21 de novembro de 2024 na página virtual do Jornal Opção Tocantins.

Em vista do que foi apresentado acerca do desempenho do Estado a partir de uma parcela estreita de seu funcionamento descritivo, este artigo possui o objetivo de investigar as relações de saber-poder investidas na matéria mencionada, para tanto, mobiliza-se o reconhecido método arqueogenalógico da Análise do Discurso, por meio de alguns de seus conceitos operacionais. Para melhor organizar a estrutura textual-argumentativa deste estudo, foram criadas a seguir duas seções, marcadas em negrito. **Considerações teórico-metodológicas**, nela se encontram o enunciado, a formação discursiva e a governamentalidade. **Análise:**

arqueogeneologia da transparência da gestão pública do Tocantins, em que os referidos operadores são acionados no processo de descrição e interpretação das relações de poder-saber na notícia sob exame. Por fim, nas **Considerações finais** são apresentadas as possíveis contribuições resultantes do percurso investigativo aqui empreendido.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Nesta seção, faz-se o devido recenseamento das noções que desempenham o papel de operadores arqueogenalógicos eleitos para analisar as relações de poder e de saber presentes na notícia “Tocantins é o pior em transparência no matopiba e o segundo pior da região Norte, aponta radar da transparência” (Milhomem, 2024a), de modo que o exercício investigativo seja preparado por essa exposição metodológica e argumentativa segundo o princípio da organização cadenciada do enunciado, da formação discursiva e da governamentalidade. Com esse desenho traçado na moldura deste artigo, inicia-se explicitando a natureza qualitativa deste estudo, que se volta para o discurso, uma vez que é por meio desse e do entrelaçamento de suas tramas que se pode empreender o exame arqueogenalógico. Assim, tem-se, para este texto, que, conforme elucidam Soares e Boucher (2024), “O discurso, segundo uma perspectiva pluralmente organizativa, é, antes de tudo, uma prática fundada no sentido em que lhe é orientada uma direção em conformidade ou em desconformidade com práticas paradigmáticas em um dado período” (Soares; Boucher, 2024, p. 20).

Soares (2022) explica que “o discurso não é uma série de falsas percepções do que se pode chamar de realidade, mas, grosso modo, das interpretações segundo as quais se podem ver os fatos, a realidade, as coisas” (Soares, 2022, p. 211). Em vista da importância, da configuração e da possibilidade de emergência do discurso, Foucault (2012a) delimita-o, ao cingir-lhe a outras noções significativas, como “um conjunto de

enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (Foucault, 2012a, p. 131). Entende-se que tal costura entre discurso, enunciado e formação discursiva, como uma estrutura nocional autorreferente, possibilita a compreensão condicionada de um elemento a partir de sua relação com o outro e, por esse expediente, fecha-se a tríade conceitual com a seguinte perspectiva levantada: são, cada uma das noções anteriormente apresentadas, relacionais. Em outros termos, consoante à ótica arqueogenealógica, que dispõe ainda de outros conceitos operacionais interligados, o discurso, como uma dimensão superposta ao enunciado e à formação discursiva, compõe-se de todo e qualquer sentido que, por sua vez, carece de ancoragem veicular no enunciado e, com isso, emerge uma orientação de sentido desse, isto é, a própria formação discursiva. O resultado dessa conexão entre noções associativas é a aplicação ao objeto investigado demandando a outra; para o empreendimento arqueogenealógico, que se volta ao discurso, a formação discursiva convoca metodologicamente o enunciado e vice-versa.

Sobre o enunciado e suas principais características, Foucault (2012a) afirma: “O enunciado não é, pois, uma estrutura; é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou intuição” (Foucault, 2012a, p. 105). Em outras palavras, o enunciado, para além de uma simplificada concepção gramatical de frase, encontra-se configurado como uma entidade repleta de sentidos por sua contingencial relação com outros enunciados em uma dinâmica social de saber, ou seja, o enunciado, como um aparato por meio do qual se pode examinar parte da dimensão do saber-poder circulante no espaço coletivo, é relacional à medida que seu sentido não se esgota e não se limita à sua circunscrição formal, já que, como explica Foucault (2012a), “O enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto” (Foucault, 2012, p. 133). Nessa mesma linha elucidativa, Deleuze assevera: “O enunciado é em si mesmo repetição, embora aquilo que repita seja outra

coisa, que, porém, lhe pode ser estranhamente semelhante quase idêntica” (Deleuze, 2017, p. 25).

Visto que o enunciado, como dito acima, expressa uma necessária vinculação à formação discursiva, cabe explicar que, como asseveram Soares e Boucher (2024), “a formação discursiva, por sua vez, pode ser entendida como um “guarda-chuva” no interior do qual se ancoram os enunciados” (Soares; Boucher, 2024, p. 46; aspas dos autores). Essa conexão conjuntural efetivamente significa que, como expõem Soares e Boucher (2024), “a formação discursiva é a própria possibilidade de emersão desses [enunciados], segundo uma restrição complementar cujo impacto é uma segmentação discursiva das eventuais regras de funcionamento do enunciado” (Soares; Boucher, 2024, p. 46). Nesse direcionamento elucidativo, Foucault (2012a) sustenta que “Uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam” (Foucault, 2012a, p. 86-87). Assim, diante da propriedade de particularização da formação discursiva, Foucault (2012a) afiança que: “No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, (...) diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (...)” (Foucault, 2012a, p. 43). Eis, então, o método de investigação da formação discursiva, dito por Foucault (2008c): “Estamos agora diante de uma figura complexa. Ela pode e deve ser analisada simultaneamente como uma formação de enunciados” (Foucault, 2008c, p. 110).

A partir do delineamento traçado entre as noções de enunciado e formação discursiva, pode-se perceber a inseparabilidade delas no interior da arqueogenealógica do discurso e, conseqüentemente, de suas respectivas aplicações no exame aqui pretendido. Além desses traços pertencentes a tais expedientes interpretativos, esses permitem alcançar, ainda que não completamente, a governamentalidade, de maneira a explicar sua disposição, como uma prática de desempenho proporcionada pelas forças existentes nas relações de

saber-poder estruturantes do circuito coletivo. Importa, antes de qualquer leitura verticalizada do conceito em questão, explicitar que o uso da governamentalidade aqui se dá a partir de uma categoria analítica, entretanto, seu uso, nos textos escritos por Foucault, volta-se, *mutatis mutandis*, mais a uma categoria explicativa dos fenômenos ligados às relações de saber-poder presentes no tecido social tanto em escala microscópica quanto em escala macro dimensional. Isso quer dizer que o emprego da governamentalidade que aqui se faz, mesmo que essa se fundamente na teoria e na metodologia arqueogenealógica, é relativamente inusitado, porquanto se configura como um rastreamento do meio pelo qual a governamentalidade, em sua interface com a formação discursiva e o enunciado, exerce seu papel no circuito coletivo.

Como a governamentalidade está intimamente vinculada às práticas de governo e, por sua vez, essas compõem um estrato significativo da vida social, tem-se especial importância para os estudos arqueogenealógicos, como este. Para conjugar essa noção operacionalizada neste estudo, remonta-se à perspectiva segundo a qual o governo dos sujeitos organizados em comunidade é também uma manifestação da gerência dos aspectos da vida e da morte. Não se pode olvidar que, por meios administrativos, pessoas têm suas relações permeadas por uma vigilância do Estado, direta e/ ou indireta, de maneira que esse sempre possa intervir. Assim, o exercício do poder, que sempre se volta à sua contrapartida do saber, empreende uma biopolítica. Em virtude de seu funcionamento dependente das redes de poder, a biopolítica fundamenta-se no controle das engrenagens responsáveis pelo desempenho do corpo social. Nesse direcionamento, tanto o saber quanto o poder exercem influência na operação dinâmica da governamentalidade. Sobre essa disposição, Han (2020) afirma: “O poder está precisamente onde não é posto em evidência. Quanto maior é o poder, mais silenciosamente atua. Ele se dá sem ter que apontar ruidosamente para si mesmo” (Han, 2020, p. 25).

Com base no exercício do poder, não apenas centralizador como em regimes totalitários, é possível compreender as diversas formas por meio das quais suas ramificações possuem tamanha permeabilidade em todos os espaços de atuação dos sujeitos. Uma vez que o saber-poder, disperso no tecido social, está voltado para um núcleo de poder administrativo, como o Estado, interessa conhecer que, como Foucault (2012b) descreve a governamentalidade estatal, “A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber sobre todos os processos referentes à população em sentido lato” (Foucault, 2012b, p. 426). Disso decorre que o governo, como princípio regulador das forças existentes no circuito coletivo, não apenas vigia, mas também busca sua própria orientação no saber que dispõe da população. Mediante tal expediente, o governo fomenta suas próprias práticas de governamentalidade. Todavia, se, após essas explicações acerca dessa noção e seus entrelaçamentos com o saber-poder, restar alguma dúvida sobre uma definição pontual do que efetivamente é a governamentalidade, pode-se contar com a própria caracterização de Foucault (2008b): “o que propus chamar de governamentalidade, isto é, a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder” (Foucault, 2008b, p. 258).

De acordo com a última acepção de governamentalidade anteriormente apresentada, as relações de poder, em seu sentido macro dinâmico, contêm a condução organizativa dos sujeitos, de maneira a ser, entre outros elementos, uma forma de determinação de comportamentos em todos os âmbitos da vida. A governamentalidade pode ser percebida como uma orientação da qual não se pode escapar sem sérios prejuízos, porquanto parece já estar configurada pela resolução constitutiva do contrato social. Importa, logo, destacar para esta investigação das relações de saber-poder investidas na notícia “Tocantins é o pior em transparência no matopiba e o segundo pior da região Norte, aponta radar da transparência” (Milhomem, 2024a)

a governamentalidade como um sentido centralizante do discurso, que se refere ao caráter virtual de sua malha de seus elementos associativos e dispersos no circuito coletivo, para que a cadência entre a descrição interpretativa do enunciado e da formação discursiva seja capaz de erigir os necessários degraus a lhe alcançar o funcionamento. Portanto, feito o devido recenseamento dos conceitos operacionalizados mais adiante, passa-se à próxima seção.

ANÁLISE: ARQUEOGENEALOGIA DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA DO TOCANTINS

Com o objetivo de analisar as relações de saber-poder existentes na matéria eleita para tal propósito, mobilizam-se as noções inventariadas anteriormente para compreender os sentidos interiorizados, por meio da instrumentalização arqueogenealógica, do enunciado, da formação discursiva e da governamentalidade. Em tal horizonte delineado, tem-se a cadência da aplicação dos operadores arqueogenealógicos do discurso seguindo sua disposição no exame de “Tocantins é o pior em transparência no matopiba e o segundo pior da região Norte, aponta radar da transparência” (Milhomem, 2024a) do enunciado à governamentalidade, passando pela formação discursiva. Ressalta-se, entretanto, que o veículo midiático de produção e circulação da referida notícia não se encontra em foco indagativo, porquanto, como um dispositivo midiático, já recebe o apropriado repertório a perscrutador. Nessa toada sobre o jornal, Soares e Boucher (2024) afirmam: “Quanto à orientação do periódico, em relação às próprias formações discursivas disseminadas em seus produtos informativos, pode-se afirmar que seu cerne é progressista” (Soares; Boucher, 2024, p. 50).

Ainda sobre o caráter histórico do Jornal Opção Tocantins, Soares e Boucher (2024) asseveram: “Como o dispositivo possui em seu nascedouro uma propensão ideológico-política, não é de se estranhar a ideia de que as formações discursivas, no interior das quais os enunciados

fabricados pelo periódico, sejam guiadas pelo mesmo conjunto de preceitos” (Soares; Boucher, 2024, p. 51). De acordo com essa perspectiva elucidada pelos autores, dispositivo no qual o enunciado que aqui se examina possui um viés progressista, o que, de certa maneira, projeta em seus produtos determinada inclinação política. Todavia, como o princípio analítico arqueogenealógico está alinhado ao fazer acadêmico-científico, verificar-se-á, mediante aplicação das noções operacionais, a existência de tal formação discursiva progressista, já que a extensão do estudo do enunciado é proporcionalmente o estudo da formação discursiva. Desse modo, passa-se, mais abaixo, ao objeto de investigação deste artigo, cujo recorte preserva a integralidade de sentidos.

TOCANTINS É O PIOR EM TRANSPARÊNCIA NO MATOPIBA E O SEGUNDO PIOR DA REGIÃO NORTE, APONTA RADAR DA TRANSPARÊNCIA

Com índice de transparência de apenas 69,45%, Tocantins amarga o pior desempenho entre os estados do Matopiba e o segundo pior da Região Norte, ficando atrás de vizinhos que conquistaram os níveis “Diamante” e “Ouro”.

O Governo do Tocantins obteve apenas 69,45% de índice de transparência na avaliação do Radar da Transparência, feito pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), por meio do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), ficando na classificação “Intermediário”. O desempenho foi o pior entre os estados do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e o segundo pior na Região Norte, superando apenas o Pará, que registrou 58,21%.

No Matopiba, o Maranhão liderou com 95,37%, conquistando o selo “Diamante”, seguido pelo Piauí com 90,55% e Bahia com 87,17%, ambos no nível “Ouro”. O Tocantins, com 69,45%, ficou muito abaixo de seus vizinhos, consolidando-se como o estado com o pior desempenho em transparência pública na região.

Na Região Norte, o Tocantins também teve uma posição ruim, sendo superado por Rondônia (98,92%), Amazonas (96,69%), Amapá (97,15%) e Roraima (92,17%), que garantiram os níveis “Diamante” e “Ouro”. Apenas o Acre, com

73,02%, compartilha a mesma classificação “Intermediário”, enquanto o Pará apresentou o desempenho mais baixo, com 58,21%.

O Radar da Transparência avalia critérios como receitas, despesas, licitações, contratos, obras e acessibilidade, entre outros, agrupados em três níveis: essenciais (de cumprimento obrigatório), compulsórios (exigidos por lei) e recomendados (práticas de boa gestão). Estados que não atendem integralmente os critérios essenciais, como o Tocantins, correm o risco de comprometer a transparência pública, dificultando o controle social.

(...)

Com um desempenho abaixo da média nacional, o Tocantins tem o desafio de avançar na implementação de medidas que garantam maior transparência. A baixa pontuação em critérios essenciais pode prejudicar a confiança da população e a imagem institucional do governo estadual, além de limitar o acesso a recursos federais condicionados ao cumprimento de padrões de transparência (Milhomem, 2024a).

Acima, tem-se o enunciado segundo o qual o Estado do Tocantins obteve do Programa Nacional de Transparência Pública uma pontuação de 69,45% de transparência no uso de suas contas. Também se encontram outros Estados brasileiros, como Maranhão, Piauí e Bahia – que junto ao Tocantins compõem o Matopiba –, com seus respectivos placares. A partir de alguns critérios mencionados, como receitas, despesas, licitações, contratos, obras e acessibilidade, foi realizada uma contagem para que os números fossem atribuídos aos Estados. Além da demonstração numérica de transparência no uso de recursos do contribuinte, o enunciado volta-se à tácita crítica ao desempenho obtido pelo Tocantins, de maneira a deixar uma mensagem explícita acerca dos efeitos de tal pontuação: “a baixa pontuação em critérios essenciais pode prejudicar a confiança da população e a imagem institucional do governo estadual, além de limitar o acesso a recursos federais condicionados ao cumprimento de padrões de transparência” (Milhomem, 2024a).

Para analisar a construção do enunciado e seus

processos de criação discursiva, interessa saber de quem se trata ao dizer do Tocantins e de seus níveis de transparência matematizados. Por um processo metonímico, diz-se do Estado para se dizer da gestão desse que, por sua vez, retoma particularmente o poder executivo na figura de seu chefe, o governador. Logo, o enunciado possui, como expediente de produção de sentido, um estreitamento de participantes metonímicos que lhe faz interagir diretamente com o discurso político e, ao mesmo tempo, provoca em seu leitor a suspeita e a desconfiança para com o Estado do Tocantins. Em virtude do impacto negativo do enunciado em relação à credibilidade da gestão estadual, importa destacar que o período de governo ao qual os números representam converge para o do governador Wanderlei Barbosa. Convém delinear no horizonte deste exame o fato de que esse político não se identificar com os espectros de esquerda e nem de direita, como expressa outro enunciado do mesmo dispositivo midiático, “Conforme análise de um dirigente partidário que acompanha o governador, ele estaria propenso a se filiar a um partido fora da polarização em nível nacional entre direita e esquerda” (Bucar, 2022).

Como os dizeres sobre o governador do Tocantins voltam-se para uma eventual neutralidade política, é necessário saber a qual interesse serve o dispositivo midiático, *Jornal Opção Tocantins*, ao produzir a matéria “Tocantins é o pior em transparência no matopiba e o segundo pior da região Norte, aponta radar da transparência” (Milhomem, 2024a) para, assim, ser viável uma caracterização de sua formação discursiva. Para tanto, convoca-se, do mesmo veículo, a discriminação política de Wanderlei Barbosa como apoiador de uma candidata à prefeitura de Palmas, quando da eleição municipal da capital do Estado em 2024: “O governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa (Repu), nesta terça, 8, se reuniu com sua equipe de governo e colaboradores, para manifestar seu apoio à candidatura de Janad Valcari (PL), para o segundo turno das eleições em Palmas” (Milhomem, 2024b). Com esse excerto e sua

configuração de sentidos representativos dos elementos presentes no circuito coletivo, tem-se para o dispositivo midiático *Jornal Opção Tocantins* e, conseqüentemente, para os leitores que o governador do Tocantins pertence à ala conservadora de direita justamente por dar suporte eleitoral a uma candidata desse espectro político.

Eis que a perspectiva por meio da qual o *Jornal Opção Tocantins* aborda a transparência, a neutralidade e o apoio político, guardadas as devidas proporções de tempo, enseja um direcionamento de sua formação discursiva predominante, a progressista. Desse mirante, entende-se que, como sustentam Soares e Boucher (2024), “compreende-se que o discurso político nem sempre se apresenta a partir de uma relação direta entre político e eleitor, mas se encontra, na maioria das vezes, flanqueado e amparado pelos discursos midiáticos” (Soares; Boucher, 2024, p. 195). Tal ótica delineia tanto a constituição macro dimensional do discurso político e seu entrelaçamento com o discurso midiático quanto a exposição de algumas das relações de saber-poder presentes nas produções disseminadas pelo periódico, cuja formação discursiva enquadra-se no âmbito progressista. A consequência encadeada dessa constatação volta-se para o escopo do objeto de análise deste artigo, isto é, a investigação das relações de saber-poder investidas na notícia aqui tratada como enunciado conforme o aparato arqueogenealógico.

Em vista do traçado já concebido, destaca-se o enunciado como crítica ao governo, porquanto, ao ter sua candidata perdido a eleição municipal da capital do Tocantins, a conjuntura na qual emerge favorece o enfraquecimento de sua figura como força política. Em outros termos, a orientação na qual se fundamenta o enunciado “Tocantins é o pior em transparência no matopiba e o segundo pior da região Norte, aponta radar da transparência” (Milhomem, 2024a) interioriza uma apreciação negativa, até mesmo depreciativa, para com a administração regulamentada e à transparência dos gastos da gestão pública do Estado do Tocantins. Por extensão ao procedimento interpretativo por meio do qual se

alcança tal sistematização de sentido, encontra-se no arranjo argumentativo-textual do enunciado a formação discursiva progressista, segundo a qual o indicador de transparência é baixo, uma vez que todas as despesas do Estado e suas justificativas devem ser regularizadas ao ponto de serem visibilizadas à população. Somado a isso, localiza-se outra relação de saber-poder, pois o acesso aos dados de portais de transparência gerenciados pela União e pelos Estados ou outras entidades é utilizado, como se pode verificar, para pressionar grupos de posição política distintos, tornando-se um artifício poderoso na influência na governamentalidade (Foucault, 2008b).

Diante do direcionamento dado acima, tem-se a fundamentação para se descrever a tendência ao conservadorismo do atual governador do Tocantins, porquanto sua candidata apoiada à prefeitura de Palmas pertencera a esse espectro político. Desse modo, a arquitetura discursiva no interior da qual o enunciado sob análise exerce seu poder de influenciar configura uma relação antagônica e opositiva do exercício de circulação do saber, porquanto sua formação discursiva progressista não apenas estabelece o alvo de uma determinada falta de transparência de gestão, bem como no seu entrelaçamento nas malhas do saber-poder encontra-se um aspecto significativo da governamentalidade. Aqui, para um contraste perquiridor acerca da conexão entre saber e poder, – ambos constituintes da governamentalidade –, esse como um operador daquele ao nível macro dimensional, coloca-se no quadro heurístico deste artigo a elucidação de Rabinow e Dreyfus (1995) sobre o poder em funcionamento: “o exercício do poder consiste em conduzir condutas e em ordenar a probabilidade” (Rabinow; Dreyfus, 1995, p. 244). Tal definição ancora-se nas relações, em todos os âmbitos nas quais essas se dão, que, por sua vez, são invariavelmente de poder, contudo também são de saber, como se pode verificar em “Tocantins é o pior em transparência no matopiba e o segundo pior da região Norte, aponta radar da transparência” (Milhomem, 2024a).

Portanto, a governamentalidade mobilizada

como uma categoria interpretativa, segundo sua vinculação ao enunciado crítica ao governo do Estado do Tocantins, à formação discursiva progressista e ao dispositivo midiático *Jornal Opção Tocantins*, volta-se para certos determinantes estruturantes das relações de saber-poder investidas na matéria investigada. Com isso, chega-se à propositura segundo a qual a proporcionalidade do saber disseminado no circuito coletivo pelo periódico produtor da notícia em questão corresponde à compensação de poder, no caso em específico, político ao qual o veículo está alinhado. Desse modo, o empenho percebido na investidura de sentidos delineados na argumentatividade do enunciado, volta-se, frente às contingências políticas do Tocantins, à reprovação da transparência, não tão alta quanto a de outros, da gestão do governo do Estado que, ao mesmo tempo, interfere, tanto de maneira direta quanto de forma indireta, na confiabilidade administrativa do poder executivo, de modo a influenciar, por meio das relações de saber-poder aqui descritas, na governamentalidade do Tocantins.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de investigar as relações de saber-poder investidas na matéria intitulada “Tocantins é o pior em transparência no matopiba e o segundo pior da região Norte, aponta radar da transparência” (Milhomem, 2024a), este artigo mobilizou as noções operacionais da arqueogenealogia do discurso, o enunciado, a formação discursiva e a governamentalidade. A partir da consecução de tal propositura delineada para este estudo, foi possível compreender a articulação do saber presente no enunciado investigado com relação às contingências manipulativas do poder, tanto em uma micro disposição social, partidarismo ideológico entre conservadorismo e progressismo, quanto em uma macro dimensão na qual a governamentalidade está sempre em jogo. Assim, verificou-se que, além de outros aspectos significativos, as relações de saber-poder, dependentes da dinâmica estruturante do circuito coletivo, voltam-se, como

elucidam Rabinow e Dreyfus (1995), para “conduzir condutas e ordenar a probabilidade” (Rabinow; Dreyfus, 1995, p. 244).

A formação discursiva progressista encontrada na arquitetura da notícia, além da argumentatividade direcionada de sentidos capaz de representar parte expressiva da dinâmica de saber-poder do circuito coletivo contemporâneo do Tocantins, proporcionou o principal indício segundo o qual foi possível apreender o fenômeno da governamentalidade, pois, sem sua orientação dentro da conjuntura política, a crítica ao governo estadual figuraria apenas como um alerta à população brasileira, em especial à tocantinense, sobre a gerência dos gastos públicos e, principalmente, sobre a transparência desses. Nesse tocante, importa salientar a importância de informações de tal natureza acerca da administração do uso dos recursos oriundos do contribuinte, entretanto, tão relevante quanto, é a compreensão, oferecida por este estudo, sobre a “mecânica” envolvida na ordenação do saber-poder arregimentado pela governamentalidade. Logo, não apenas a finalidade do saber, mas sua proporcionalidade vinculativa ao poder, carece de análise, uma vez que a governamentalidade pode ser entendida como o objetivo e o objeto do controle independente de seu âmbito de atuação.

Por fim, ressaltam-se as limitações desta investigação quanto ao seu alcance, em vista de seu escopo, porquanto o processo arqueogenealógico aqui posto em prática, por mais potente heurísticamente, voltou-se a um enunciado que, por sua natureza discursiva, insere-se em um conjunto de outros segundo determinadas condições específicas de emergência. Desse modo, acredita-se que a compreensão das relações de saber-poder existentes em uma matéria, como a analisada, veiculada por um dispositivo midiático, aponta para a necessidade de mais pesquisas sobre o funcionamento da governamentalidade não apenas no Norte do país, em filigrana, no Tocantins, mas também para todo o Brasil. Nessa toada explicativa, Soares e Boucher (2024)

assinalam sobre a região menos prestigiada: “o discurso do Norte é atualmente constituído por duas ramificações, a saber, os dizeres do Norte sobre si e os dizeres dos outros sobre o Norte, este funcionando como matriz daquele” (Soares; Boucher, 2024, p. 164). Portanto, encontra-se em notícias, como a examinada aqui, a possibilidade de se conhecer de maneira arqueogenológica as relações de saber-poder e, sobretudo, a governamentalidade impressa na região Norte.

REFERÊNCIAS

- BUCAR, Ruy. Filiação do governador Wanderlei Barbosa afunila para PP e PSD. *Jornal Opção Tocantins*. 2022. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/tocantins/filiacao-do-governador-wanderlei-barbosa-afunila-para-pp-e-psd-382484/>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- DELEUZE, Gilles. Foucault. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2017.
- DREYFUS, Hubert.; RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.
- FOUCAULT, Michel. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Org. Manoel Barros da Mota. Trad. Elisa Monteiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c.
- FOUCAULT, Michel. Ética, sociedade, política. Trad. Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Trad. Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012b.
- FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica - Curso dado no College de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. Segurança, território e população. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Trad. Maurício Liesen. 7 ed. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.
- MILHOMEM, Fenelon. Tocantins é o pior em transparência no Matopiba e o segundo pior da região norte, aponta radar da transparência. *Jornal Opção Tocantins*. 2024a. Disponível em: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/tocantins-e-o-pior-transparencia-no-matopiba-e-o-segundo-pior-da-regiao-norte-aponta-radar-da-transparencia-549367/>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- MILHOMEM, Fenelon. Wanderlei Barbosa reforça apoio à candidatura de Janad no segundo turno. *Jornal Opção Tocantins*. 2024b. Disponível em: <https://tocantins.jornalopcao.com.br/noticias/wanderlei-barbosa-reforca-apoio-a-candidatura-de-janad-no-segundo-turno-547113/>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- SOARES, Thiago Barbosa. *Percurso Discursivo: heterogeneidades epistemológicas aplicadas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
- SOARES, Thiago Barbosa; BOUCHER, Damião Francisco. *Projeções discursivas do Norte: efeitos de resistência, conscientização e consolidação identitária do Tocantins*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.